
A comunicação do Movimento Gandarela em favor da água e os limites à mineração¹

Adriana BRAVIN²
Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG

RESUMO

Este artigo volta-se à análise dos principais enquadramentos de luta formulados pelo Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela, em sua ação coletiva e comunicativa contra ameaças da mineradora Vale ao aquífero Gandarela, importante fonte de recarga hídrica para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. O recorte da pesquisa refere-se ao período entre 2009 e 2014 quando o MPSG constitui-se oficialmente e inicia a campanha pela criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, criado em 2014. À luz da teoria culturalista de Alberto Melucci, que toma a ação de sujeitos coletivos como processos comunicacionais, observamos a constituição da identidade coletiva do MPSG por meio de sua forma de organização, processos de interação e de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos sociais; comunicação; ação coletiva; conflito ambiental; mineração.

Na última década, o Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG) vem se destacando no escopo das lutas contra o avanço da mineração sobre os recursos hídricos na região do Quadrilátero Ferrífero³ (QF), rebatizado Quadrilátero Ferrífero-Aquífero (QFA) pelos ambientalistas, atuado em defesa de áreas livres de mineração e se mantido vigilante às tentativas da mineradora Vale de extrair minério de ferro da Gandarela, localizada no coração da principal região mineradora de Minas Gerais e do país. Formado em 2009, o MPSG caracteriza-se pela união de diversas entidades e indivíduos que já constituíam outros movimentos⁴. – sociais, ambientais, sindicais, de moradores – em defesa das serras de Minas, e de seu patrimônio paisagístico, ambiental e hidrológico diante do avanço da mineração.

Ao mesmo tempo uma grande reserva mineral sob a mira da multinacional Vale, a Serra da Gandarela é também um reservatório natural de águas de classes “especial” e

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Espaço e Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, mestre e doutora em Comunicação, professora do curso de Jornalismo da UFOP, e-mail: adriana.bravin@edu.ufop.br

³ Principal região produtora de minério de ferro no país, abrangendo cerca de 7 mil quilômetros quadrados, vizinha à capital mineira Belo Horizonte, sendo formada pelas cidades de Sabará, Rio Piracicaba, Congonhas, Casa Branca, Itaúna, Itabira, Nova Lima, Raposos, Caeté, Santa Bárbara, Mariana, Ouro Preto, entre outras.

⁴ Participam de sua criação: Arca Amaserra, Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSAM), Macaca, Instituto de Estudos Pró-Cidadania (Pró-Città), Conlutas, Acramda, os sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Santa Bárbara, dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água de Minas Gerais (Sindágua) e o Condomínio Cachoeiras do Tangará. Informação disponível em: <http://www.aguasdogandarela.org/page/o-gandarela-jornal>.

“1”, o que significa que são próprias para consumo direto. Entre 2004 e 2007 circularam as primeiras notícias sobre as perspectivas de implantação da Mina Apolo, da Vale, na Gandarela, última área ainda não-explorada pela extração de minério de ferro no Quadrilátero Ferrífero. O projeto da Vale originalmente ocuparia cerca de 6 mil hectares que se estenderiam sobre vales da Serra. Previa a intervenção em 1,8 mil hectares, incluindo a instalação de minas de ferro, barragem de rejeitos e ferrovia. A cava da mina teria cerca de 477 hectares, e seria a segunda maior de extração de minério de ferro a céu aberto no país. Previa-se produzir cerca de 24 milhões de toneladas de minério/ano, durante 35 anos, a Vale anunciou investimentos de US\$ 2,4 bilhões no projeto.

A partir do momento que a Gandarela torna-se alvo da indústria da mineração, configuram-se os conflitos em torno das formas de sua conservação/uso. É a ameaça, o risco, que mobiliza o MPSG em uma reação ao projeto da Vale, uma vez que o Movimento atua na antecipação ao dano ou na redução dos danos possíveis causados pela mineração, evidenciando-os e pressionando os poderes públicos pela delimitação legal de tal atividade. Diante da magnitude dos impactos previstos e embasados em estudos científicos sobre a importância ambiental da Serra, os esforços do MPSG foram concentrados na proposta de criação do Parque Nacional (Parna) da Serra do Gandarela e de áreas de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) na região, ação empreendida entre 2009 e 2014. Futuros possíveis que visavam contra-argumentar o projeto da mineradora, além de ampliar o escopo de reivindicações, considerando as demandas locais – apicultura, extrativismo vegetal, agricultura de subsistência e turismo sustentável – advindas das próprias comunidades vizinhas à área do futuro Parque⁵.

Em investigação anterior⁶, correlacionamos a forma da ação coletiva e constituição da identidade coletiva do MPSG no campo do conflito aos enquadramentos promovidos em sua ação de comunicação para combater o projeto minerador sobre a Gandarela e promover uma outra compreensão sobre a região e sua importância hídrica frente aos interesses minerários. Para fins de discussão neste artigo, apresenta-se um recorte dessa abordagem. Apresenta-se uma análise dos principais enquadramentos de

⁵ O Parna Gandarela, criado por decreto presidencial em 13 de outubro de 2014, quatro anos após o início das discussões para a sua criação encampadas pelo nascente MPSG, excluiu justamente as áreas pretendidas pela mineradora, como parte da Serra, as nascentes que abastecem as bacias hidrográficas do Rio Doce e São Francisco, além de não atender à criação das Reservas de Desenvolvimento Sustentável onde vivem cerca de 500 pessoas de comunidades tradicionais.

⁶ BRAVIN, A. *Gandarela, a Serra e o Movimento: Ação coletiva e comunicativa na antecipação aos danos da mineração*. (2018). (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Esta pesquisa contou com um período *sanduíche*, no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho (Portugal), em 2015, ao qual tornou-se possível graças ao financiamento de bolsa de pesquisa da Capes.

luta do MPSG à luz da teoria culturalista de Alberto Melucci (1989; 1996; 2001) que toma as formas de organização da ação coletiva como pontos de observação analítica, derivando daí o olhar mais detido sobre a constituição do ator e de sua identidade coletiva no campo do conflito, seus processos de interação e formas de comunicação.

Ação e identidade coletiva em Alberto Melucci

A noção de ação coletiva do sociólogo italiano Alberto Melucci, desenvolvida de forma mais completa na obra *Challenging Codes – collective action in the information age* (1996), abrange um conjunto de

práticas sociais envolvendo simultaneamente um número de indivíduos ou grupos, compartilhando características morfológicas similares em um espaço e tempo contíguos, implicando um campo de relações sociais e a capacidade das pessoas envolvidas de dar sentido ao que estão fazendo (MELUCCI, 1996, p. 20, tradução nossa).

Esse ponto de partida inicial serve para diferenciar sua abordagem construcionista sobre os fenômenos empíricos que remetem a ação coletiva, movimentos sociais e outras noções similares do senso comum e considerar aquilo que os atores coletivos fazem concretamente. Nessa compreensão da ação como um sistema de relações – formas compartilhadas de normas e significados culturais em interação numa estrutura social – Melucci enfatiza a interação entre atores, suas práticas, produção de significados, e ainda entre objetivos, recursos e obstáculos atravessados pelo tempo. Sua abordagem metodológica toma a organização da ação como ponto de observação analítica.

Uma dessas formas de organização são os movimentos sociais – ou um sistema de ações que opera em um campo de possibilidades e limites –, por meio dos quais os atores podem engajar-se e constituir-se coletivamente. Assim, define os movimentos sociais como formas de ação coletiva – que envolvem solidariedade, manifestam um conflito e excedem (rompem) com os “limites de possibilidades” do sistema com relação à ação em pauta. Nesse sentido, o autor compreende conflito “como uma relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor” (MELUCCI, 1989, p.57; 1996).

Essas três dimensões analíticas são identificadas na configuração do MPSG: a sua formação a partir de uma rede regional de ativistas engajados na defesa de um território ameaçado pela mineração e que se interpõem à lógica predominante do capital global, representado pelas empresas mineradoras, acoplado ao Estado, ao mesmo tempo denunciando as ambiguidades na relação do poder político com o mercado, forçando os

limites, do ponto de vista político, à atividade mineradora e ao seu avanço sobre os recursos hídricos.

O que é diferencial na abordagem de Melucci para a análise dessas “formas de ação coletiva” é que este autor procura valorizar o que os movimentos dizem de si mesmos, em vez de tentar desvendar a ação coletiva por meio de suas relações internas e externas (MELUCCI, 1989). Esse “dizer” dos movimentos sociais, que aqui tomamos como o narrar a si e suas lutas, constitui aquilo que o autor definiu na própria ação coletiva – a capacidade de dar sentido ao que estão fazendo – por meio de um processo pelo qual os atores constroem a ação à medida que se comunicam, produzem e negociam significado, avaliam e reconhecem o que têm em comum, enfim, tomam decisões (MELUCCI, 1996; ALONSO, 2009). Nesse sentido, a contribuição de Melucci para a abordagem da ação coletiva enfatiza o papel das interações comunicativas.

Esses processos interativos são construídos por meio de redes de relacionamento que favorecem a formação dos movimentos a partir de um campo de oportunidades e constrangimentos. As redes de movimentos sociais, como o MPSG, operam por meio das conexões entre atores coletivos diversificados do campo da sociedade civil, que compartilham identidades ou identificações, definem uma zona de conflito, seus adversários, um projeto ou utopia, visando algum tipo de transformação social⁷. Sua organização, liderança e estratégia se beneficiam dessas relações e organizações existentes⁸ para facilitar o engajamento e construir a motivação e interação para a ação.

A forma como os atores interagem possibilita que estabeleçam vínculos de confiança, o que reforça a solidariedade para além da causa que os une em torno de um “nós”. A interação entre os membros e a organicidade do MPSG funcionou em três níveis interligados: interno/interpessoal, por meio de trocas mediadas entre os integrantes e voluntários do MPSG utilizando-se lista de e-mails e trocas via grupos em redes sociais para a mobilização de ideias e organização da ação. O grupo desenvolve seu senso de identidade coletiva ao colocar em prática a solidariedade orgânica, na qual cada um dos integrantes colabora em frentes específicas de trabalho.

⁷ Segundo Scherer-Warren (2013) tais redes podem articular-se em torno de conteúdos específicos, ambientalista, feminista, étnico ou trans-identitário (como eco-feminismo, antirracismo, ambientalista), compondo, deste modo, “redes das redes do agir e pensar coletivo”.

⁸ Nesse sentido, a identidade coletiva interna do Movimento Gandarela é constituída a partir de sua formação heterogênea, agregando diversos agentes coletivos e individuais, ou seja, a partir de estruturas pré-existentes, como o SOS Serra da Piedade e o MovSam.

No nível externo, por meio da distribuição de *newsletters*, por e-mail, telefonemas e visitas à imprensa, durante a campanha pelo Parque. O esforço em ampliar o conhecimento sobre o conflito favoreceu que o grupo ultrapassasse os espaços formais de comunicação mediada, alcançando audiências e consultas públicas sobre a Mina Apolo e o Parque nos quais seus integrantes agiam em conjunto. Outro importante nível da comunicação refere-se às articulações intergrupais junto às redes de movimentos sociais. As formas de ação articuladas pelas redes, o compartilhar estratégias, vitórias e derrotas, conhecimentos, saberes que cada agente executa em seu território, favorecem e fortalecem sentimentos de pertencimento, solidariedade e a resistência na luta.

Por meio dessas interações, definem-se a formação, perpetuação e alteração da ação coletiva. E, aquilo que lhes permite tornarem-se atores coletivos – a identidade coletiva – resulta de tais interações e processos no campo do conflito. A construção de uma identidade coletiva, a definição de uma proposta e aquilo que está em jogo, ou disputa, no conflito são fundamentais para a mobilização ocorrer. Ela irá se desenvolver à medida que o “nós” é reconhecido e afirmado por todos que a constituem⁹, assim como a identificação dos outros contra os quais a ação é direcionada.

Sendo a identidade coletiva construída na ação, esta não considera somente as dimensões políticas e reações a restrições, disputa, conflito. Ela também produz orientações simbólicas e significados que os atores são capazes de reconhecer; permite que atribuam os efeitos de suas ações a si mesmos ao recorrerem ao sentimento de pertencimento e à noção do que causam; possibilita que apropriem-se dos resultados do que fazem e decidam, com os outros, como e em que eles serão alocados.

Pode-se argumentar com Melucci (1996, p. 73) a respeito da identidade coletiva em termos de ação, uma vez que trata-se da “(...) capacidade do ator coletivo para reconhecer os efeitos de suas ações e atribuir tais efeitos a si mesmos. Assim definida, a identidade coletiva pressupõe, primeiro, uma habilidade autorreflexiva dos atores sociais”. Essa dimensão fica clara quando o MPSP define, em sua ação de comunicação, o “quem somos” e “por que somos contra a mineração na Serra da Gandarela”.

Além de envolver sua organização no campo da ação prática, a ação coletiva toma contornos também na produção de suas formas de comunicação, de suas próprias mensagens através das quais os movimentos promovem seus significados, como em

⁹ Melucci (1996) enfatiza o caráter sempre plural, ambivalente e, muitas vezes, contraditório dos atores coletivos em seu processo de construção de identidade coletiva.

relação ao MPSG e sua ação de ressignificar a “montanha de minério” (sob o viés da ação mineradora) em “aquífero Gandarela”. Perpassa essa orientação simbólica a compreensão da água como um valor maior frente ao minério e a dimensão da luta em sua esfera política, considerando a ação dos agentes de Estado e da mineradora em torno dos jogos políticos nas diferentes instâncias de mediação nas quais o MPSG atuou em defesa da proposta pela criação do Parque Nacional da Serra da Gandarela.

A comunicação é uma luta

Dentre as inúmeras formas de comunicação, argumentos e significação promovidas pelo MPSG, entre os anos de 2009 e 2014, em defesa da Serra e em sua campanha pelo Parque, figuraram argumentos situados entre o registro da racionalidade do conteúdo e aqueles voltados ao apelo emocional como forma de ampliar a capacidade mobilizadora. Essa é uma forma comunicativa identificada às lutas ambientais que Libaert e Pierlot (2015) relacionam a uma concepção militante, confrontante e construtiva da comunicação que se distancia “da abordagem dominante que faz a comunicação lugar de consenso que iria conciliar todos os públicos” (2015, pág. 11). Comunicar, dizem,

é apresentar suas ideias para convencer. Não se trata apenas de saber pontos potenciais de um acordo mas também pontos irreconciliáveis de discordância (...) a fim de ampliar o apoio e, assim, colocar-se em equilíbrio favorável de poder, para unir ativistas, para direcionar as mensagens certas para a mídia, mas primeiro para permitir um argumento que vá além do ‘eu prefiro não’. (Libaert e Pierlot, 2015, pág. 12)

Os autores destacam a importância de se pensar sobre os motivos essenciais da comunicação de combate, estar certo de seus valores e acreditar neles – o que corresponde a ter claro o “nós”, o conflito e o(s) antagonista(s), como na proposição da identidade coletiva de que fala Melucci. Delimitar os melhores argumentos é um passo importante também pois é provável que o confronto seja duro e longo, portanto, os argumentos evoluirão. O “caso” Gandarela é exemplar nesse sentido: a ação coletiva contra a implantação do projeto Apolo inicia-se em 2004, a partir da mobilização da sociedade civil, no município de Caeté (MG), e toma a forma de movimento social em 2009 com a criação da rede de atores em torno do MPSG. Até 2014, o grupo manterá a campanha pela criação do Parque e desenvolverá enquadramentos de luta em torno de 4 eixos temáticos que serão analisados adiante.

Nesse sentido, Libaert e Pierlot (2015) afirmam que é preferível ter um pequeno número de argumentos de alta qualidade que uma multidão de queixas que seriam

apresentadas e confrontadas por muitos argumentos opostos. Deste modo, a comunicação de combate seria enfraquecida. É preciso ganhar aliados para a causa e torná-la comum a todos em um sentido mais ampliado, ou seja, dotar a argumentação de natureza política, excedendo o interesse particular no espaço público.

Percurso interpretativo

Alcançamos junto às ações comunicativas do MPSG em suas variadas formas e formatos de comunicar sua luta – e que derivam de seus posicionamentos no campo prático – quatro eixos temáticos a conduzirem o trabalho de significação desse ator, o que, entretanto, sabemos não serem os únicos. O que se oferece aqui é mesmo um trabalho de interpretação para oferecer uma compreensão possível. Alerta-se que os quadros da ação podem mudar com o tempo (nosso recorte não abrange a ação do MPSG após a criação do Parque) e os próprios significados são contestáveis, negociáveis e abertos à interpretação (SNOW; BENDFORD, 1988)

Considera-se nesse percurso interpretativo a perspectiva do enquadramento no contexto dos movimentos sociais, considerando a construção de significados promovidos pelos atores em seu processo de interação e de construção de sua identidade coletiva no campo do conflito. O conceito de enquadramento é fornecido pela *Frame Analysis* de Erving Goffman (1974 *apud* NUNES, 2013) e relaciona-se ao “princípio interacionista e construcionista simbólico de que os significados não se ligam natural ou automaticamente aos objetos, eventos ou experiências que encontramos, mas surgem, em vez disso, por meio de processos interpretativos mediados pela cultura”.

Interessa observar que o modo de compreender a construção dos enquadramentos promovidos, que aqui recortamos para análise, associa-se ao quadro de interpretação do ator e à sua formação no campo do conflito, assim como, à sua identidade coletiva resultante das estruturas pré-existentes (linguagem e base material para o reconhecimento) e do seu modo específico de significar a problemática em tela.

Os quatro eixos temáticos derivados das argumentações apresentadas pelo MPSG em variadas instâncias foram selecionados a partir de sua própria mídia – o primeiro folder “GANDARELA, Água, Serra e Vida”, distribuído em 2010 durante as audiências públicas da Mina Apolo; o jornal O GANDARELA – O jornal do Parque, distribuído principalmente no corpo a corpo, manifestações, eventos, palestras e nas comunidades, e a *newsletter* Gandarela Informa, enviada para uma lista de e-mails com mais de cinco mil

pessoas inscritas. A seleção respondeu aos conteúdos produzidos durante a campanha de criação do Parque e por cobrir, temporalmente, o recorte da pesquisa (2009-2014).

Os sentidos construídos na ação apontaram para quatro formas como os atores enquadraram a problemática na Gandarela e produziram significados sobre sua ação. A combinação dessas formas comunicadas na ação coletiva ajudam a promover a compreensão sobre o conflito e seu quadro de referência – a mineração a qualquer custo favorecida por uma política econômica neoextrativista – a partir dos seguintes eixos temáticos/ interpretativos: 1) a importância da água/ “água como valor”; 2) por que não se pode minerar na Gandarela e os direitos usurpados/ “injustiça”; 3) as formas possíveis de alcançar autonomia econômica frente à mineração e os jogos de interesse/ “alternativas econômicas”; 4) o compromisso ético / “as responsabilidades compartilhadas”.

A construção de um quadro da percepção aos potenciais afiliados ao movimento deve conter, segundo Snow e Benford (1988, pag 199): “a) um diagnóstico de algum evento ou aspecto da vida social como problemático e que precisa de alteração; b) uma proposta de solução para o problema diagnosticado que especifica o que precisa ser feito; c) um apelo ou justificativa para se envolver em ações corretivas ou de melhoria”. Os frames diagnóstico e prognóstico são direcionados à tarefa de alcançar a mobilização de consenso, o que percebe-se nos Quadros 1, 2 e 3, a seguir, enquanto o último, de caráter motivacional provem uma razão ou ímpeto para a participação.

No Quadro 1, água como valor, percebemos como o MPSG tece a compreensão sobre a água como um valor maior que o minério. A primeira referência é feita à localidade do Gandarela. As informações irão caminhar no movimento de revelar a Serra e aproximá-la do cidadão e da cidadã mais distantes geograficamente, mas a ela relacionados devido aos “serviços ambientais” prestados pelas nascentes que dela brotam até questionar a exploração mineral em regiões com áreas prioritárias para a preservação como a Gandarela, onde estão armazenados 1,6 trilhão de litros de água, por isso, a afirmação “a Serra do Gandarela é um aquífero” passa a fazer sentido – a ser compreendida – para aqueles que não compartilham dessa informação mais próxima.

QUADRO 1 – Água como valor

Eixo temático: a importância da água
“A proteção do Gandarela significa guardar águas profundas para o presente e o futuro de nossa população” (FOLDER, 2010).

“Não somos contra a mineração, mas defendemos que a água deva estar em primeiro plano, e que antes de abrir novas frentes de destruição, é necessário recuperar as águas degradadas, que não são poucas” (FOLDER, 2010).
“No Gandarela, estima-se estejam armazenados cerca de 1,6 trilhão de água potável, cuja recarga pelas chuvas é feita através da couraça de canga ferruginosa que recobre seus pontos mais elevados” (BAPTISTA, P. em artigo no Jornal O GANDARELA, 2010/20111, p. 01)
“A Serra do Gandarela é um aquífero” (O GANDARELA, 2014, p.04).
“A Serra do Gandarela é um grande reservatório de água que está armazenada exatamente onde tem minério. Essa água é importante não só para quem mora próximo à Serra, mas para a população de muitas cidades da RMBH” (O GANDARELA, 2010, p.02).

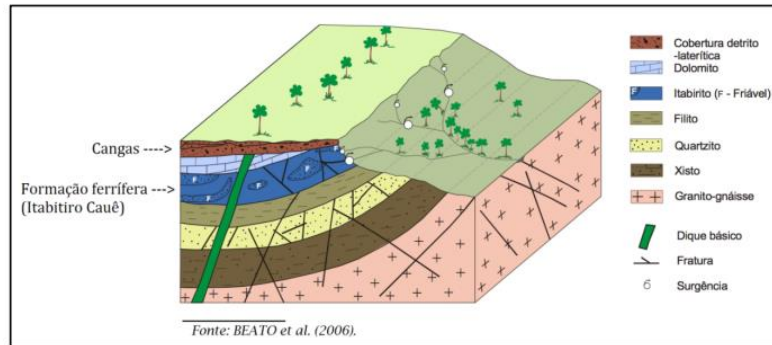
Fonte: Elaboração própria.

Ao afirmar seu posicionamento não contrário à mineração mas favorável a limitar tais atividades em favor da manutenção das águas, o MPSG oferece uma pista ao questionamento sobre “áreas prioritárias de preservação” *versus* mineração, o que leva à ideia de áreas livres de mineração, uma compreensão que perpassa sua ação comunicativa em vários momentos. Essa compreensão também aponta para os limites de sua própria ação, uma vez que poderia se questionar o porquê de efetivamente não afirmar ser contra algo que destrói aquilo que ama e quer preservar. Para argumentar em favor desse conceito ainda inédito na região requerida pela mineração, era preciso ir além. Por isso, o uso de ilustrações (Figura 1) narra sobre aquilo que é invisível aos olhos ao apresentar, didaticamente, a relação água-minério e provocar o debate sobre o impacto da mineração sobre os recursos hídricos, especialmente em função de determinada formação geológica daquela Serra e região mineira. Nesse sentido, pesquisadores se unem aos esforços dos ambientalistas numa co-produção de conhecimento científico (CASTELFRANCHI, 2010) e colaboram para popularizar a relação canga-formações ferríferas-água, conforme demonstra a ilustração publicada nas diversas mídias do MPSG.

Nesse quadro de interpretação importava angariar apoio e impedir a mineração nessa área uma vez que água e minério encontram-se conjuntamente relacionados à formação geológica daquelas montanhas. Há um esforço em apresentar essa relação – onde tem minério, tem água – a partir de argumentos técnicos e científicos: apresenta-se a estrutura do geossistema Canga Ferruginosa – uma rocha porosa que encontra-se na superfície da montanha e que funciona como uma esponja a filtrar a água para seu interior – e relaciona-se a presença da água na mesma faixa onde encontra-se a camada de minério (Itabirito/Cauê). Exemplos dessa narrativa encontram-se no projeto para a criação do Parque do Gandarela (ICM-Bio, 2010), em publicação sobre conflitos minerários no país (FERNANDES *et al.*, 2014) e em reportagens sobre o tema, o que indica o alcance do

quadro interpretativo “água como valor” elaborado pelo MPSG e a efetividade dessa argumentação.

FIGURA 1 - Bloco esquemático com as formações geológicas do Quadrilátero Ferrífero/Aquífero com destaque para o Geossistema Canga + Formação Cauê (formação ferrífera) e as surgências



Fonte: Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (2014)

O segundo eixo temático deriva do primeiro e assume um quadro interpretativo de injustiça (Quadro 2) ao relacionar o sentimento de injustiça que mobiliza o MPSG aos direitos usurpados diante das perdas ocasionadas pelo modelo mineral de intensificação das atividades extrativistas sobre a região do QF, o que corresponde a um “ecocídio” ambiental, de forma que a situação do estado de Minas Gerais é comparada a um “sacrifício da perspectiva de desenvolvimento sustentável”. O que se perde e o que se ganha com esse modelo é o que se aciona nesse quadro interpretativo em que os atores questionam a visada privilegiada da “geração de lucro no mercado internacional e a socialização regional dos prejuízos econômicos e ambientais”.

O local e o global encontram-se nessa compreensão de modo que a percepção dos problemas enfrentados no território direciona a ação para o que é específico nesse lugar, o que de fato possa mobilizar os cidadãos localmente, mas sem perder de vista a crítica às forças globais do capital que se movem localmente. A identidade acionada nesse quadro reivindicativo do dizer “por que somos contra a mineração na Serra do Gandarela” implica assumir um posicionamento através do qual os atores tecem a identidade coletiva ao projeto comum de luta, no qual as unidades de conservação reivindicadas para a área “vão preservar essa região e suas águas e ainda gerar um modelo de desenvolvimento através de outras possibilidades de geração de emprego e renda”.

QUADRO 2 – Injustiça

Eixo temático: Por que não se pode minerar a Gandarela e os direitos usurpados
<p>“Minas Gerais tem assistido ao sacrifício da sua perspectiva de desenvolvimento sustentável e à degradação de seu patrimônio natural e mananciais estratégicos para a geração de lucro no mercado internacional e a socialização regional dos prejuízos econômicos e ambientais” (FOLDER, 2010).</p>
<p>“As cangas são dinamitadas e transformadas em ‘estéril’ para a extração mineral a céu aberto. Quase metade desse ambiente do QF foi destruída pela mineração e já existem projetos que ameaçam extinguir 80% do que ainda resta nos próximos anos – um verdadeiro Ecocídio” (FOLDER, 2010).</p>
<p>“A implantação de empreendimentos minerários de grande porte no Gandarela prejudicaria irreversivelmente o abastecimento futuro de água de qualidade para a população desta região, estimada em mais de cinco milhões de habitantes” (O GANDARELA, 2012, p. 01).</p>
<p>“Por isso somos contrários à mineração na Serra do Gandarela e lutamos pela criação do Parque Nacional e da RDS, duas Unidades de Conservação que juntas vão preservar essa região e suas águas e ainda gerar um modelo de desenvolvimento através de outras possibilidades de geração de emprego e renda, como as que já são desenvolvidas pelas comunidades que moram na área proposta para a RDS (...)” (O GANDARELA, 2012, p.04).</p>

Fonte: Elaboração própria.

A moderação nesse gesto interpretativo, que não se assume “antimineração” e nem contra “todo tipo de mineração” mas se diz “contrário à mineração na Serra do Gandarela”, nos indica uma fratura interna no MPSG, uma vez que precisa lidar com uma luta local apoiada nas características culturais da região de onde se fala – Minas Gerais, “o Estado minerador” – o que poderia provocar a fuga de apoiadores à sua causa. Por isso, a centralidade temática caminha por afirmar que aquela região não pode ser minerada porque tem água e porque o próprio QF está esgotado pelas perdas ambientais e impactos causados pela mineração. Os argumentos econômicos são invocados, pois essa forma de minerar – e não a mineração em si – só atende interesses privados, o Estado já está esgotado e esse modelo econômico não serve mais, caracterizando, dessa forma, uma injustiça. Ao mesmo tempo que lança as bases para um visada diferenciada à predominante na região – a de territórios livres de mineração –, provoca a discussão sobre os limites ao avanço da mineração sobre áreas destinadas à preservação no QF, como na imagem abaixo (Figura 2), fruto de sua campanha pelo Parna e que exhibe, à esquerda, a Serra do Caraça, a poucos quilômetros da Gandarela, e à direita, marcas da atividade mineradora em uma montanha.

FIGURA 2 - Campanha “A extinção é para sempre”



Fonte: Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (2014).

No Quadro 3, alternativas econômicas, o MPSG questiona o valor econômico associado à atividade mineradora em detrimento de danos irreversíveis ao lugar e aponta saídas do modelo perverso de dependência. Elaborou e oferece essa alternativa local com a proposição do Parque Nacional e, na sequência, do Parque Nacional com as Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Constrói argumentos utilizando a mesma linguagem econômica do minerador e do Estado, afirmando a sustentabilidade real de tal proposta que, numa perspectiva comparativa, supera a própria mineração em termos de geração de emprego e de lucro revertidos para o local.

QUADRO 3 – Alternativas econômicas

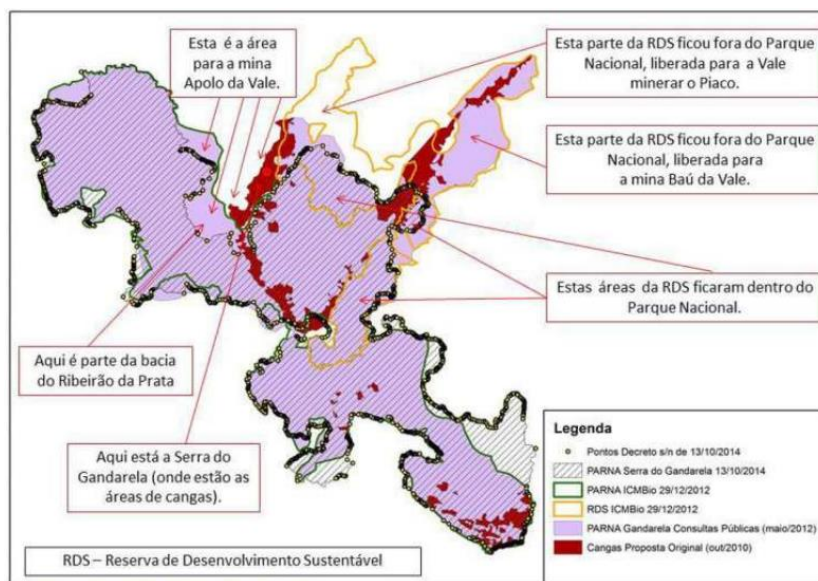
Eixo temático: as formas possíveis de alcançar a autonomia econômica frente à mineração e os jogos de interesse
“As comunidades se beneficiarão com a atratividade gerada pelo Parque, com o aumento no fluxo de visitantes e com os desdobramentos dessa demanda: hotelaria atividades ligadas ao ecoturismo e ao turismo de aventura, comércio de produtos orgânicos e artesanais” (O GANDARELA 2010/2011, p. 7).
“Entre outros resultados, prevê-se uma movimentação de renda na economia dos municípios abrangidos (pelo Parque) da ordem de R\$ 65 milhões (primeiros 8 anos) a R\$ 110 milhões anuais (a partir do 12º. ano), correspondendo a uma geração de 6,5 mil empregos permanentes” (O GANDARELA, 2014, p.04).
“Existe uma correlação entre incidência de pobreza e arrecadação da CFEM (para minério de ferro) nos municípios da RMBH e seu colar, o que indica que a mineração de ferro não é a melhor solução para alavancar o desenvolvimento no que se refere à população” (O GANDARELA, 2014, p.04).
“Denunciamos a Vale por continuar interferindo na criação do Parque e da RDS e a responsabilizamos pelo atraso na criação das duas unidades de conservação federais” (O GANDARELA, 2014, p.02).

Fonte: Elaboração própria.

Entretanto, o quadro de interpretação que oferece o prognóstico a favor de alternativas econômicas acaba por converter-se em um quadro de injustiça, uma vez que,

como apontado na Figura 3, a disputa pelos limites do Parque resulta em uma distribuição desigual de poder, ao passo que a disputa legal sobre os limites geográficos a serem alcançados pelo parque não representa a vontade expressa pelos grupos sociais, apesar de o debate ocupar diversas instâncias de deliberação (Grupo de Trabalho 2, criado pela Secretaria de Meio Ambiente de Minas, e as consultas públicas sobre o Parna). O quadro de injustiça sobre os limites do Parque, criado pela Presidência da República, em 31 de outubro de 2014, revela, assim, os jogos de interesse implicados em sua criação:

FIGURA 3 - O Parna mutilado



Fonte: Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (2014).

Por fim, as responsabilidades são apontadas e os agentes públicos e privados indicados como responsáveis pela vulnerabilização da Serra do Gandarela, a serra em si excluída dos limites do Parque, e as comunidades de seu entorno, sem contarem com a garantia de permanecerem no local a partir da retirada das RDSs da proposta. Uma serra invisível em tempos de escassez hídrica, “só para atender os interesses da mineração” (GANDARELA INFORMA, 2015). Entretanto, as responsabilidades são compartilhadas com a sociedade (Quadro 4), a quem o MPSG devolve a missão de zelar pelo território, porque aquele patrimônio pertence a todos e porque ela é a garantia de sobrevivência futura.

QUADRO 4 - Responsabilidades compartilhadas

Eixo temático: o compromisso ético

“A preservação das reservas hídricas é atitude preventiva essencial para nossa sustentabilidade humana, social e econômica” (FOLDER, 2010).
“A Serra do Gandarela, suas águas e rica biodiversidade são nossas! O conjunto natural é um acervo vivo, que nenhum museu ou reserva natural desprovidos da diversidade e da magnitude de ambientes que caracterizam este patrimônio, poderão substituir” (Folder GANDARELA, 2010)
“E os governantes? Estes parecem mais interessados em apoiar a mineração do que garantir que a população tenha água, que é fundamental para a vida e que permite outras formas de desenvolvimento e geração de renda bem menos impactantes como a agricultura familiar e orgânica, o turismo e indústrias de tecnologia limpa” (GANDARELA INFORMA, 2015).
“Que realidade é esta em que a Serra do Gandarela se torna invisível precisamente para quem tem a responsabilidade de zelar pela garantia de água da população, sendo claro que esta invisibilidade é só para atender o interesse da mineração?” (GANDARELA INFORMA, 2015).

Fonte: Elaboração própria.

A partir desse ponto, pode-se argumentar que as ações empreendidas pelo MPSG, nos campos político e comunicacional evidenciaram alguns dos traços de sua identidade coletiva, tais como: a sua formação em uma rede de movimentos (rede interrelacional), a vigilância sobre passos da mineradora como uma atitude de permanente alerta compartilhada por seus integrantes, o uso conjunto de saberes especializados, uma atitude preventiva de alerta aos riscos e consequências futuras, um posicionamento moderado em relação à atividade mineradora mas de oposição a sua realização em áreas prioritárias para preservação, e o chamamento à responsabilidade (agentes públicos e sociedade em geral), o que pressupõe uma atitude ética.

Nesse sentido, pode-se argumentar com Melucci (1996) que a formação dos movimentos sociais se explica por meio de um processo que envolve razão e emoção, simultaneamente, na conversão de pessoas comuns em ativistas (emoções coletivas). Ele vai lembrar que é necessário “um certo grau de investimento emocional” para definir uma identidade coletiva, para que os atores sintam-se parte de uma “unidade comum”. Este ponto nos ajuda a perceber um dos sentimentos compartilhados pelos membros do MPSG como um dos aspectos que configuram sua identidade coletiva: o amor à Serra do Gandarela.

REFERÊNCIAS:

ALONSO, Â.. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Revista Lua Nova**: São Paulo, n. 79, p. 49-86, 2009.

- BRAVIN, A. **Gandadela, a Serra e o Movimento: Ação coletiva e comunicativa na antecipação aos danos da mineração.** (2018). (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.
- CASTELFRANCHI, Yuri. Por que comunicar temas de ciência e tecnologia ao público? (Muitas respostas óbvias... mais uma necessária). **Jornalismo e ciência: uma perspectiva ibero-americana.** Rio de Janeiro: Fiocruz / COC / Museu da Vida, 2010
- ICM-Bio. **Proposta para a criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela.** Ministério do Meio Ambiente. ICM-Bio: Brasília, setembro de 2010. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/Estudo%20que%20originou-%20a%-20proposta.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- FERNANDES, F.; ALAMINO, R.; ARAUJO, E. (Eds). **Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos.** Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014
- LIBAERT, T.; PIERLOT, J.M. **Les nouvelles luttes sociales et environnementales.** Paris: Vuibert, 2015
- MELUCCI, A. **A invenção do presente - movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MELUCCI, A. Um objeto para os movimentos sociais?. **Lua Nova**, São Paulo, n 17, junho, 1989.
- NUNES, J. H. Frame e identidade coletiva: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais. **Contemporânea**, v. 3, n. 1, jan-jun, 2013.
- SNOW, D.; BENFORD, R. **Ideology, frame resonance and participant mobilization.** International Social Movement Research Vol. 1, pp 197-217, 1988.
- SCHERER- WARREN, I.; SIMEONE, M.; ARROYO, M. **Sociedade Civil e Participação.** Belo Horizonte: UFMG, 2013
- Publicações de jornais:**
- FOLDER GANDARELA, Água, Serra e Vida. Belo Horizonte. No. Zero, 2010
- JORNAL O GANDARELA. O Jornal do parque. Elaboração: Coordenação do Movimento pela preservação da Serra do Gandarela. Belo Horizonte, No. 1, 2010-2011.
- JORNAL O GANDARELA. O Jornal do parque. Elaboração: Coordenação do Movimento pela preservação da Serra do Gandarela. Belo Horizonte, No. 2, abril, 2012.
- JORNAL O GANDARELA. O Jornal do parque. Elaboração: Coordenação do Movimento pela preservação da Serra do Gandarela. Belo Horizonte, No. 3, novembro, 2013.
- JORNAL O GANDARELA. O Jornal do parque e da RDS. Elaboração: Coordenação do Movimento pela preservação da Serra do Gandarela. Belo Horizonte, No. 4, janeiro, 2014